# Venturas ou Desventuras: revisitando a dialética da dependência

Nathália Rodrigues Faria[1]

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**: *uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes / Buenos Aires: CLACSO, 2000.

Nascido em 1932, em Minas Gerais, graduado em administração pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) no Rio de Janeiro, Ruy Mauro Marini é considerado um dos mais importantes intelectuais latino-americanos, entretanto é pouco conhecido do leitor brasileiro. Sua "teoria da dependência", seus conceitos de "superexploração", "subimperialismo" e sua concepção sobre a "nova divisão internacional do trabalho" são de grande importância para a constituição de um entendimento acerca do capitalismo e de suas consequências na América Latina.

Na década de 60, participou da construção, ao lado de Theotônio dos Santos, da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e foi professor, da então, recém-fundada Universidade de Brasília (UnB). Com o Golpe Civil-Militar instaurado em 1964, foi preso por três vezes, e por isso, obrigado, em 1965, a se exilar no México. Em 1969, segue com seu exílio para o Chile, sai desse país em 1973, em decorrência do Golpe Militar de Pinochet. Retorna ao México, onde permaneceu até 1979. Viveu fora do Brasil, no Chile e México e escreveu suas principais obras, como: *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969), *Dialética da Dependência* (1973) e *O Reformismo e a contrarrevolução: Estudos sobre o Chile* (1976) [2].

A obra de Marini é divida em seis partes: "A Integração com o mercado mundial", "O segredo do intercambio desigual", "A superexploração do trabalho", "O ciclo do capital na economia dependente", "O processo de industrialização" e "O novo anel da espiral".

Marini inicia seu trabalho ao demonstrar que há uma dificuldade real em interpretar a economia latino-americana, devido às suas peculiaridades frente ao modo de produção capitalista "puro". Para justificar essa afirmação, traça os desvios cometidos por teóricos marxistas na análise da dependência latino-americana (dificuldade em relacionar o conceito em uma realidade que não o aceita em sua formulação pura; e, ainda mais frequente, diante desta incapacidade em adequar realidades a categorias, os teóricos apelam para outros enfoques metodológicos, que pretensamente enriqueceriam o marxismo, mas ao contrário, acabam negando-o).

---

[1] Mestre em História Política (UERJ) e Professora do Curso de História das FIC.

[2] Mais dados sobre a vida e a obra de Marini podem ser encontrados no site mexicano: http://www.marini-escritos.unam.mx/

No primeiro item do seu trabalho, "*A integração ao mercado mundial*", como o título sugere, é feita uma exposição do desenvolvimento capitalista latino-americano integrado ao mercado mundial. Iniciadas ainda no século XVI, as colônias latinas contribuíram para o aumento de fluxo de mercadorias e para expansão dos meios de pagamento, o que proporcionou o desenvolvimento capital comercial e bancário da Europa e abriu caminho para Revolução Industrial. A Inglaterra foi o principal expoente dessa revolução, e a economia dos países europeus passou a girar ao seu entorno, em função dos seus requerimentos, produzindo e exportando bens primários em troca de produtos manufaturados.

A partir do século XIX, quando a balança comercial latino-americana passa ser positiva, a Dívida Externa cresce, e transferem-se para o comércio exterior os excedentes da América Latina. Nesse momento, a relação entre os países da América Latina e os europeus se define como dependente "entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes" (MARINI, 2000, p.109), na qual as relações de produção dos países latinos são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da dependência. É importante ressaltar que essa relação é distinta da relação colonial.

Essa relação facilitou a criação da grande indústria moderna, já que o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas, que eram encontrados nos países latino-americanos, o que possibilitou aos países europeus se especializar nessa área. Entretanto, a função da América Latina iria além da oferta de alimentos. A ela foi acrescida a formação de um mercado de matérias-primas industriais. Com isso, vemos que para Marini, a América Latina desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento capitalista, sendo responsável por facilitar o crescimento quantitativo dos países centrais e de contribuir para que nesses países fosse possível deslocar o eixo de acumulação da produção de "mais-valia absoluta" a "mais-valia relativa" (nos quais a acumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que da exploração do trabalhador).

Interessante observar, que é nesse deslocamento nos países centrais de "mais-valia absoluta" para "mais-valia relativa" que Marini destaca o caráter contraditório da dependência latino-americana, já que nos países latinos não houve essa mudança de eixo de mais-valia, e sua economia apoia-se, fundamentalmente, numa maior exploração do trabalhador.

É importante que se faça uma explicação, a partir da compreensão do trabalho de Marini, sobre a "mais-valia relativa". Apesar de sua acumulação depender mais da capacidade produtiva, ainda é considerada como uma forma de exploração do trabalhador; pois, com a inserção de novas técnicas ou melhorias das mesmas, há uma desvalorização real da força de trabalho. Ela difere do conceito de produtividade, que por si só não garante a mais-valia relativa (embora estejam ligadas). "Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor" (MARINI, 2000, p.113). É a mais-valia relativa que leva o capitalista a procurar um aumento na produtividade, para que possa assim, diminuir o "valor

individual de sua mercadoria" em relação às condições de produção, obtendo assim uma mais-valia superior a de seus competidores: uma mais-valia extraordinária; que se traduzirá em lucro extraordinário, mas não modificará a exploração, ou seja, não alterará a mais-valia. Portanto, o que determina a mais-valia não é a produtividade, e sim o grau de exploração do trabalho.

A mais-valia é entendida como uma relação entre tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Só a alteração de um desses fatores modificaria a cota de mais-valia. Seria favorável para o capitalista, que o fator envolvido fosse o aumento de trabalho excedente (o que levaria a uma maior exploração do trabalhador). Da maneira em que se apresenta (a uniformização da produtividade entre os capitalistas, devido ao incremento de técnicas específicas), a redução deve incidir em "bens-salários" (mercadorias necessárias para a sobrevivência do trabalhador), ou seja, a mais-valia relativa está ligada à desvalorização dos bens-salários. Essas são algumas das análises feitas em "*O segredo do intercâmbio desigual*".

Além disso, reflete-se acerca da desvalorização da força de trabalho nos países centrais. Ao colaborar com uma grande oferta de alimentos (bens-salários) para os mercados europeus, a América Latina contribuiu para que houvesse uma redução do valor da força de trabalho nesses países (os trabalhadores não eram tão indispensáveis para a economia, pois se podia contar com a oferta latino-americana). Entende-se que a América Latina desempenhe um "papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais". (MARINI, 2000:116)

Há outro caráter contraditório nessa relação entre os países centrais e periféricos. Como colocado anteriormente, para Marini o aumento da produtividade está relacionado ao aumento de matérias-primas. Na medida em que a elevação da produtividade esteja relacionada com uma maior mais-valia relativa, seria necessário diminuir o valor do capital variável (que pode ser entendido como salários), em relação ao capital constante (material empregado na produção, como máquinas, etc.). Considerando que a cota de lucros do capitalista está relacionada ao total do capital avançado (capital variável + capital constante), a consequência do aumento da mais-valia (associado à elevação do valor do capital constante empregado para produzi-la) seria uma baixa cota de lucro. Simplificando, essa situação é contraditória, porque ao aumentar a exploração do trabalhador (mais-valia) no processo de produção, a taxa de lucro seria menor para o capitalista.

Alguns procedimentos são utilizados para que essa contradição possa ser contraposta: como um incremento ainda maior da mais-valia e de uma baixa no valor constante. Interessa aqui, analisar o procedimento referente à oferta de matérias-primas industriais. Para tal observação, Marini se vale da explicação de Karl Marx em "O Capital". Quando o comércio exterior, nesse caso a América Latina "barateia os elementos do capital constante ou os meios de subsistência de primeira necessidade em que se inverte o capital variável, contribui para fazer com que aumente a taxa de lucros, ao elevar a taxa de mais-valia e reduzir o valor do capital constante" (MARX *apud.* MARINI, 2000, p.117).

Há ainda outro problema que deve ser avaliado, uma pergunta retórica feita por Marini: Com aumento da oferta de alimentos e matérias-primas houve um declínio de seus preços; como o preço dos produtos industriais se mantém estável, há uma depreciação somente dos bens primários (entretanto não é uma desvalorização real, já que há um aumento da produtividade nos países não industriais). Indaga-se o porquê de não ter ocorrido um desestímulo à incorporação da América Latina pela economia internacional.

Para o autor, é necessário que primeiro sejam desconsideradas duas visões que mistificam a economia capitalista:

a) Com os abusos cometidos pelas nações centrais nos países periféricos, esses se tornaram fracos;
b) Ao produzirem demais, a posição dos países não industriais no comércio internacional se deteriorou.

Para Marini, ambas as proposições são justamente o contrário:

a) As nações eram fracas, e por isso sofreram com abusos dos países centrais;
b) A deterioração do seu papel no comércio as levou a produzirem mais.

Considerá-las como na primeira forma, levaria, segundo o autor, a uma reivindicação por relações comerciais equitativas entre as nações, quando o que se coloca é que sejam suplantadas as relações econômicas internacionais baseadas no valor de troca.

Uma possível resposta para o questionamento acima, estaria relacionada, inicialmente ao uso de violência política e militar, entretanto, à medida que o mercado se desenvolve, essa força se estabelece através de outros mecanismos (como a educação, a tradição, etc.), consagrando assim, a subordinação.

A outra explicação de Marini se refere ao "intercâmbio desigual" e à "divisão internacional do trabalho". A expansão do mercado mundial será a base para a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais. Em teoria, o intercâmbio entre nações seria entre mercadorias equivalentes (cujo valor seria determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário), o que se daria entre as nações industriais. Nas relações entre nações que intercambiam tipos diferentes de mercadoria (como manufatura e matéria-prima), ocorrerá uma distorção: enquanto uma dessas nações produzir bens que a outra não produz (ou pelo menos, não com a mesma facilidade). Ela será responsável por criar as leis, venderá o produto com preços superiores ao seu valor e realizará o intercâmbio desigual. Ou seja, as nações latino-americanas serão desfavorecidas nessa relação.

Para fazer frente a esse intercâmbio desigual, há um mecanismo de compensação: trata-se do incremento do valor intercambiado pela nação desfavorecida (no caso, América Latina). Para incrementar a quantidade do valor produzido, é necessária uma maior exploração do trabalho (com intensidade ou prolongação da jornada de trabalho, ou com uma combinação dos dois). O que acontece é que as nações desfavorecidas, não buscam corrigir o intercâmbio

desigual, no desequilíbrio entre o preço e o valor de suas mercadorias exportadas, mas sim com uma maior exploração do trabalhador.

É para analisar essa situação de exploração que Marini abordará "*A superexploração do trabalho*". Há uma exposição das principais características da superexploração do trabalho, destacando que esse fator está relacionado diretamente com o capitalismo. Para o autor, haveria duas formas de exploração: o aumento da capacidade produtiva do trabalho (aumento da produção no mesmo tempo trabalhado, com a mesma força de trabalho) e maior exploração do trabalhador. Nessa segunda forma, haveria três mecanismos que poderiam ocorrer isoladamente ou combinados: "intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho." (MARINI, 2000, p.125). O primeiro mecanismo é conseguido através de uma maior exploração do trabalhador, não do incremento de sua capacidade produtiva, configurando assim, um aumento da mais-valia; diverge do segundo, por que esse se caracteriza por um aumento do tempo de trabalho excedente (através do qual se observa que o trabalhador produz após já ter criado valor para si); o terceiro consiste em reduzir o fundo de consumo do trabalhador. Nos três casos nota-se que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para que possa repor o desgaste de sua força de trabalho.

Marini faz ainda uma diferenciação entre superexploração e escravidão. Para ele, o regime escravocrata é incompatível com a superexploração do trabalho. Para tanto, explica que o fator básico da superexploração incide em transformar em mercadoria a força de trabalho e não o trabalhador (totalizando o período em que está produzindo, mais os períodos mortos, em que não está produzindo); por isso, quando uma sociedade escravocrata está subordinada ao capital, tende a agudizar a exploração do escravo, para reduzir ao máximo seus "tempos mortos" para a produção.

Em "*O ciclo do capital na economia dependente*" é ressaltado o caráter contraditório do desenvolvimento da economia mercantil na América Latina, que se traduz na essência de sua dependência: os países periféricos, não industrializados, são coadjuvantes na acumulação de capital dos países centrais (baseados na capacidade produtiva do trabalho), e sua atuação está calcada na superexploração do trabalhador. Sua economia atende às exigências externas, não dependendo da capacidade interna de consumo, sendo assim, há uma separação entre produção e circulação de mercadorias, entre trabalhador-produtor e trabalhador-consumidor.

Ao considerar que, em geral, o consumo individual do trabalhador interfere na economia, no caso latino-americano observa-se que isso não ocorre da mesma maneira; pois, com essa separação, o consumo individual não interfere na confecção do produto e não há, como consequência, uma preocupação do capital em criar condições mínimas para o trabalhador, que poderá, em caso de esgotamento, por exemplo, ser facilmente substituído. Dessa forma, sem mercado interno forte, a expansão para o mercado externo se coloca como

única alternativa para a economia. Assim, a economia exportadora é mais do que uma economia especializada para o mercado externo, é uma formação social fundada no capitalismo, que acentua ao máximo suas próprias contradições.

O que percebemos é que a América Latina, ao ingressar no sistema capitalista mundial industrializado, o fez a partir das bases já criadas de contradições que levaram a consequentes tendências de exploração dos trabalhadores nos países latinos.

Em "*O processo de industrialização*" é retomada a ideia de que na economia capitalista clássica, o mercado interno atua como fator fundamental e de contrapartida na acumulação de capital. Ao separar produtos do meio de produção, não apenas cria o trabalhador assalariado, com sua força de trabalho, como o trabalhador consumidor. À medida que o capitalista adquire alimentos no exterior, pode oferecê-los ao trabalhador, e alimentar a relação acumulação-mercado (uma vez que o consumo individual é garantido). Portanto, nesses países, a economia baseia-se em bens de consumo popular. Com o desenvolvimento de sua economia, cresce também o consumo individual das classes não produtoras, impulsionando não só a produção de bens de consumo como de artigos suntuários.

Para que haja um crescimento da economia desses bens suntuários, é necessário que eles adquiram outro caráter, convertendo-se em bens de consumo popular, do contrário a demanda do mercado externo permanecerá pequena (seja porque a nação cria mecanismos de defesa para sua entrada; seja porque, entre as nações dependentes, essa demanda é restrita a uma pequena elite).

No caso latino-americano há uma indústria fraca, dependente de crises externas para sua ampliação. Seu desenvolvimento deu-se alicerçado em situações de crise, nas quais o capitalista pode aumentar o preço dos produtos (favorecido justamente, pela crise do comércio mundial) e se valer do excedente da mão de obra (agravado pela crise no setor exportador, que força a liberação da mesma) para diminuir os salários. Assim, pode absorver mais trabalhadores, fator que, somado a superexploração do trabalho, acelerou a concentração de capital no setor industrial.

Em "*O novo anel da espiral*", Marini retoma ao conceito de uma "nova divisão internacional do trabalho". Como vimos, enquanto durou a crise internacional, as bases industriais dos países periféricos puderam se desenvolver, o que solucionou outra demanda externa: a criação de mercados para indústria pesada, aplicando nos países periféricos equipamentos e maquinaria produzidos nos países centrais. Configura-se assim, uma nova divisão internacional do trabalho, na qual "se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial (...) reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (...) e o monopólio da tecnologia correspondente." (MARINI, 2000, p.145).

No capitalismo não dependente, o desenvolvimento tecnológico, em uma sociedade de exploração do trabalho, se caracterizará por uma redução do tempo de trabalho produtivo, que

por sua vez, se manifestará em uma diminuição da população operária e em um aumento da população não produtiva (correspondendo àqueles se dedicam aos serviços, ou às "camadas parasitárias"). No capitalismo dependente essa relação é modificada na medida em que o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho, elevando sua produtividade e com uma baixa remuneração ao trabalhador. Ou seja, o avanço do progresso técnico na economia dependente é acompanhado de uma maior exploração do trabalhador.

Com a implantação de uma indústria de bens suntuários, há a necessidade de se recorrer a algumas saídas, como intervenção do Estado, inflação e diminuição dos salários. Com a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores, há um desestímulo à produção de bens de consumo popular, consequentemente, "enquanto as indústrias de bens suntuários crescem a taxas elevadas, as indústrias orientadas para o consumo de massas (...) tendem a estagnação e inclusive à regressão" (MARINI, 2000, p.148). O que será refletido, posteriormente (meados dos anos de 1960), a partir de uma necessidade de expansão para o exterior, dessa vez, com base industrial. "A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam" (MARINI, 2000, p.150). É a ressurreição do modelo da velha economia exportadora.

A obra *Dialética da Dependência*, aqui apresentada, originalmente escrita em espanhol ("Dialéctica de la dependencia") foi traduzida para diversas línguas, como: francês, alemão, italiano, português (Portugal), desde a década de 70, enquanto no Brasil, somente foi publicada em 2000. Essa obra e suas reflexões foram fator motivador para um artigo de crítica de Fernando Henrique Cardoso e José Serra ("As Desventuras da Dialética da Dependência") em janeiro de 1978, na "*Revista Estudos*", do Cebrap, sem a possibilidade de uma correspondente resposta de Ruy Mauro Marini, que só a fez na "*Revista Mexicana de Sociología*" (México), com o título "Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra", sendo traduzida para o português somente em 2000, no livro organizado por Emir Sader, intitulado *Dialética da Dependência*.

Assim como fora dito por Marini, em outra obra[3], *Dialética da Dependência* é uma introdução ao tema e seu propósito é suscitar estudos acerca do assunto; nesse caso, incitar estudos sobre o capitalismo dependente. Consideramos que, nesse sentido, cumpriu com maestria sua função, pois o que são as críticas, senão estudos posteriores a um postulado? Para concordar, refutar, ou iniciar, "Dialética" aponta, de forma inovadora, aspectos relevantes para a compreensão da América Latina e de seu papel no mercado externo.

[3] MARINI, Ruy Mauro. "Em torno da Dialética da Dependência". In MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência. Uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes / Buenos Aires: CLACSO, 2000.